



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

5797 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

O DISCURSO DOS PARCEIROS EDUCACIONAIS NA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA

Liane Vizzotto - UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Sandra Simone Höpner Pierozan - UNISINOS/PPGE - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

O DISCURSO DOS PARCEIROS EDUCACIONAIS NA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA

Introdução

O presente artigo tem o objetivo de analisar a linguagem de parceiros privados na relação público-privada. Dito de outro modo, desejamos refletir sobre a narrativa de empresas e/ou instituições educacionais privadas que efetivam parcerias com a educação pública, valendo-se de seu aporte narrativo como forma de justificar a qualidade de ensino ofertado.

Nesta reflexão, tomamos como exemplo a linguagem de conhecidos parceiros da educação pública, a saber: o Instituto Ayrton Senna (IAS) e o Grupo Educacional Positivo, que desenvolvem suas propostas em parcerias com redes municipais de ensino em Santa Catarina. A relação público-privada é analisada por muitos trabalhos (ADRIÃO e PERONI, 2011; ADRIÃO et al.; 2015), e esses mostram como o setor privado, em especial representantes os acima nominados, tem conseguido imprimir um modelo educativo com base em pressupostos que fazem da educação um verdadeiro negócio. De modo geral, na relação público-privada, as pesquisas brasileiras procuram estudar os impactos de políticas educacionais que valorizam essa relação no que diz respeito à democratização do ensino e ao direito à educação.

O discurso dos parceiros versa sobre as possibilidades que as redes de ensino têm na busca pela qualidade e na obtenção de soluções para os problemas educacionais. Uma série de enunciados e frases de impacto vêm constituindo novos discursos na educação, novas narrativas que se apresentam como sinônimos de qualidade. O conjunto de elaboradores dessa linguagem tem origem nos parceiros da educação, sejam eles do terceiro setor ou do privado lucrativo.

Neste trabalho, utilizamos os termos linguagem e/ou discursos como forma de construção de uma ideologia que permeia as ações que decorrem dos parceiros. Esses discursos colocam novos ideais nas relações entre quem ensina e quem aprende, com foco na qualidade educacional.

Método

Esta pesquisa se desenvolveu considerando dados extraídos de *websites* das instituições Ayrton Senna (<https://www.institutoayrtonsenna.org.br/pt-br.html>) e Editora Positivo (<http://www.editorapositivo.com.br/sistemas-de-ensino/aprende-brasil/>), a partir dos quais levantamos alguns anúncios ou propagandas dos produtos e dos programas que possuem, objetos de parcerias com redes públicas de ensino. A literatura da área constituiu-se em outra fonte de pesquisa, especialmente ligada à relação público-privada.

No que diz respeito aos aspectos teórico-metodológicos, a base teórica que fundamenta o trabalho é o materialismo histórico dialético, isto é, “[...] o núcleo do materialismo histórico foi a insistência na historicidade e especificidade do capitalismo e a negação de que suas leis fossem as leis universais da história”. (WOOD, 2011, p. 16).

Entendemos que a relação público-privada não é algo natural, mas construída pelo ato humano, com manifestações e modos de agir próprios desta época, cujas características têm como princípio o projeto neoliberal e a ação do Estado para com as políticas sociais, em comunhão com o mercado.

Discussões e resultados

Neste primeiro momento, esclarecemos quem são os parceiros e como se apresentam na relação público-privada. É comum encontrar redes de ensino que aderem a propostas de terceiros para o desenvolvimento da educação local. São instituições privadas com ou sem fins lucrativos, que prometem soluções rápidas para problemas historicamente constituídos na educação brasileira. A perspectiva da obtenção de melhores índices em avaliações externa ou a satisfação dos pais, dentre outros motivos, têm levado gestores públicos a investir parte significativa do seu orçamento em parcerias com sistemas privados de ensino, conforme pode ser constatado no site do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Por outro lado, verifica-se redes de ensino que, *a priori*, não dependem recursos financeiros na efetivação das parcerias, mas celebram termos de convênios com Organizações da Sociedade Civil (OS), e são estas que desenvolvem a política de educação local. Como exemplo, uma das instituições é o IAS, que, por meio de suas ações, estende seus programas e sua ideologia às redes públicas, constituindo discursos como o das competências socioemocionais, que subsidia a formação docente e o fazer pedagógico.

Citamos aqui dois exemplos de parcerias efetivadas com redes públicas de ensino, com Sistemas Privados (apostilados) e a parceria que evidencia uma perspectiva educacional por meio das competências socioemocionais. Contudo, a aproximação do setor privado é cada vez mais persistente. São movimentos que colocam a gestão da escola pública às OS ou à formatação das próprias políticas do MEC, com a presença de empresários em assessorias para diversos programas, conforme demonstra Peroni (2015).

Historicamente, o setor privado esteve presente nas políticas educacionais brasileiras, inclusive colocando-se como o único que poderia oferecer qualidade. Essa aproximação estende-se até hoje, porém, modificada por reformas, como as iniciadas nos anos de 1990. Atualmente, a educação é alvo de ataques, numa clara demonstração de tentativas à privatização. O discurso recorrente de gastos, de improdutividade da educação pública, fortalece a sua sujeição ao mercado. Dessa forma, segundo Neves (2002, p. 112), privatizar não significa o abandono da educação pelo Estado, mas evidencia sua “presença refuncionalizada”, que permite aos parceiros o controle da execução conforme seus próprios princípios.

O Estado acaba se tornando um inimigo das iniciativas públicas, sendo que a solução é o que o privado oferece, ou seja, o Estado é um mau gestor e “impede o funcionamento da lógica do mercado, devendo, portanto, ser reduzido a um mínimo e – mais importante – sem possibilidade de interferir no mercado” (FREITAS, 2018, p. 31).

Nesse sentido, as parcerias público-privadas e o discurso emergente repousam nos princípios do modelo de desenvolvimento do capitalismo. O cenário político-econômico brasileiro atual, marcado por posições que materializam um tipo de Estado avesso às questões sociais, permeia o debate necessário para o desvelamento da relação público-privada na educação. O crescimento de interesses que balizem posições de alguns grupos favoráveis a um tipo de educação rasa, pragmática e utilitária está tomando espaço na agenda educacional, cujo protagonismo de sujeitos empresariais demarca uma redefinição do papel do Estado em relação à construção da política educacional, em todos os seus níveis.

Diante das oportunidades, os parceiros privados apresentam-se às redes públicas de ensino com uma propaganda atraente, a saber, “Educação para o século XXI!” (IAS); “Um sistema de ensino completo para a rede de ensino de seu município!” (IAS); “[...] soluções educacionais que efetivamente impactam a aprendizagem dos alunos!” (POSITIVO); “Aprende Brasil: uma parceria que dá resultados!” (POSITIVO); “Educação do futuro, agora!” (IAS); “A educação integral desenvolve potenciais para vencer na vida e mudar o mundo” (IAS); “Nossa Causa, educação de qualidade” (IAS); “Sem educação de qualidade, não há futuro” (IAS); “Competências para a vida!” (IAS). Esses são apenas alguns exemplos dos discursos que podem ser encontrados nos *websites* dos parceiros que mostram sagacidade do negócio por meio de frases de impacto, e que, nesse texto, apontamos apenas algumas, considerando a extensão do trabalho.

Robertson e Verger (2012, p. 1146) analisam que as parcerias público-privadas na educação “são uma metanarrativa que está contribuindo para a transformação do setor da educação, particularmente no que diz respeito à gama de atores privados e o concomitante aumento da autoridade privada”. A supremacia dos atores privados reverbera o discurso da qualidade, porém, (re)conceituado-o ao molde capitalista e mercadológico.

Conhecidos alguns exemplos dos discursos dos parceiros, torna-se importante analisarmos os sentidos atribuídos à qualidade quando apresentada na relação público-privada. A promessa de qualidade repousa em todas as propostas, mesmo que a palavra não apareça na redação de slogans. O conteúdo é enaltecido pela inovação, tecnologia e preparação dos alunos para as novas demandas do setor produtivo. Uma verdadeira revolução de tudo o que existe na educação.

Referente à qualidade, é importante retomarmos que o conceito proposto no atual cenário carrega consigo particularidades do momento histórico, portanto, torna-se subjetiva aos objetivos dos parceiros que têm, na maioria das vezes, a evidência e a produtividade como marcadores de qualidade. Desse modo, o fator avaliativo, como os resultados de testes em avaliações externas, é destaque e, ao ser usado unicamente como forma de verificar o produto em detrimento ao processo, compromete o conceito de qualidade, restringindo-se à produtividade, meritocracia e responsabilização. Dessa maneira, o conceito de qualidade é corrompido por testes de aferição como descrito por Ravitch (2011), quando analisa o programa educativo americano - *No Child Left Behind* (Nenhuma Criança Fica para Trás/1980), cujos princípios apontam para a testagem (por provas de múltipla escolha) e a responsabilização.

Ao contrário, entendemos que qualidade abrange um conceito mais amplo e relacionado à aprendizagem dos alunos no interior da escola, o que exige a definição de insumos e parâmetros, bem como “requer análises dos custos, das condições reais, dos

objetivos que se almeja e das expectativas sociais em torno do processo de escolarização” (OLIVEIRA; ARAUJO, 2005, p. 18). Por isso, entendemos que qualidade está relacionada à práxis. Na perspectiva de Gramsci (2004), a filosofia da práxis torna-se a categoria que nos ajuda a compreender o conceito de qualidade educacional. Dito de outro modo, tomar a práxis marxista como preceito é marcar uma posição política e pedagógica, é ter um ponto de referência para conceber a educação, visto que ela é uma atividade social. Isso contribui para a superação da visão restrita de qualidade, no sentido de ultrapassar o discurso pragmático que coloca a educação como responsável pela formação de novos quadros do setor produtivo, que deseja um indivíduo prático e utilitário.

A aceitação de conceitos restritos de qualidade conforma a formatação dos novos discursos dos parceiros, que é um caminho para a consolidação da hegemonia ideológica, demarcada por um tipo de ideologia, de visão de mundo, circunscrita pela perspectiva mercadológica e comprometida na construção de uma hegemonia educacional burguesa. Em Gramsci (2004), o termo ideologia é o significado mais alto de uma concepção de mundo. Do mesmo modo, as visões de mundo não são únicas, porém, algumas se tornam hegemônicas na sociedade capitalista. Para entender os processos de constituição de visões práticas de mundo, Gramsci dá um salto adiante ao articular ideologia e linguagem. O teórico ampliou a noção de ideologia às classes sociais, sendo que “a ideologia é um sistema amplo de relações sociais que se expressa nas experiências e nas lutas das classes sociais” (PERRUSI, 2015, p. 425).

Por outro lado, Löwy (2003) utiliza a expressão “visão social de mundo”, que é menos carregada de implicações, visto que em Marx, a ideologia sempre aparece com uma conotação negativa, vinculada à ilusão, à mistificação. Para o autor, a dialética também se aplica às ideologias ou às visões de mundo, pois todas elas são produtos sociais e, portanto, devem ser analisadas na sua limitação histórica, na visão de totalidade e de contradição. Assim, a totalidade não pode perder de vista a sua relação com o conjunto, e a contradição leva em conta os enfrentamentos permanentes entre as ideologias. “Não existe apenas uma ideologia, mas existem enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias” (LÖWY, 2003, p. 17).

Desse modo, “as visões de mundo ou ideologias correspondem aos interesses, posições, aspirações, tensões das diferentes classes sociais, isto é, são as classes sociais que produzem as ideologias.” (LÖWY, 2003, p. 32). Disso, resultam determinados conhecimentos que podem se consolidar como verdadeiros, assumindo, inclusive caráter oficial, de política educacional.

Montaño (2014, p. 26) observa que “a hegemonia do sistema capitalista consolidado se mantém não apenas com a coerção, mas precisa de certo grau de aceitação geral”. A função ideológica do novo linguajar, que o autor chama de “linguagem de esquerda e projeto de direita”, produz um tipo de conhecimento que é divulgado mediante um tipo de linguagem, que ainda pode ajudar na apropriação do real e em sua mistificação. Conclui “que a linguagem tem um papel destacado e, no contexto atual, para legitimar as transformações antipopulares, os setores hegemônicos desenvolvem um novo linguajar” (MONTAÑO, 2014, p. 27).

Esse novo linguajar deve responder às vontades populares e maquiagem o conteúdo antipopular das reformas, mostrá-las como modernas e necessárias aos tempos atuais (MONTAÑO, 2014). O autor analisa que há um esvaziamento de termos, ou seja, novas palavras são utilizadas como politicamente corretas a fim de disseminar uma ideologia que, na verdade, conserva o projeto do capital. “A função ideológica da ‘palavra’ aqui expressa seu lado opressor: quem detém o saber, quem controla a linguagem, tem trilha aberta para dominar o outro” (MONTAÑO, 2014, p. 29).

Não é essa a linguagem que a classe trabalhadora precisa construir e consolidar para a emancipação na visão da práxis. Assim, a visão de mundo produzida pela linguagem hegemônica e que chega à escola acaba se tornando o conhecimento verdadeiro, capaz de sanar as crises, das quais, no caso da educação, a principal delas é a da má qualidade educacional.

A doutrinação ideológica do capitalismo convida os indivíduos a se identificarem autonomamente – são soberanos em suas decisões, assim como são soberanos em suas escolhas nos supermercados – “tudo isso é parte integrante da educação capitalista pela qual os indivíduos particulares são diariamente e por toda a parte embebidos nos valores da sociedade de mercadorias, como algo lógico e natural” (MÉSZÁROS, 2008, p. 82). As pessoas já internalizaram essa ideologia, já pertence ao próprio indivíduo, como um “sistema de crença positivo compartilhado de maneira legítima pela sociedade livre” (MÉSZÁROS, 2008, p. 82). É muito presente a aceitação da narrativa mercadológica, “[...] o indivíduo cria para si uma narrativa na qual se vê como parte do mercado e, portanto, competindo com seus semelhantes pelo seu próprio sucesso”. (FREITAS, 2018, p. 24).

Ball (2014), embora não tenha discutido o termo “ideologia”, explica que as novas redes de relações construídas pelos grupos privados, os *Think tanks*, produzem uma nova linguagem, ou melhor, o que está sendo vendido “são necessidades de mudanças, uma nova linguagem gerencialista e uma nova espécie de autoconfiança e autoeficácia” (BALL, 2014, p. 159). Para o autor, os textos e os discursos das reformas são salvadores: “é um discurso salvador que promete salvar escolas, líderes, professores e alunos do fracasso dos terrores da incerteza e das confusões das políticas e deles mesmos – suas próprias fraquezas.” (BALL, 2014, p. 160).

As certezas acabam obscurecendo outras possibilidades de ação de redes de ensino, pois se tornam o canto da sereia. Como lembra Montaña (2014, p. 22) ,

Hoje, em pleno século XXI, as Sereias continuam a cantar e encantar, seduzindo e atraindo ainda ao abismo a quem escutar indefeso seus cânticos. Essas vozes ecoam nos ouvidos, porém não são músicas, nem melodias. São palavras e projetos que seduzem e atraem os marinheiros de hoje, direcionando-os num rumo já marcado.

Os caminhos que a educação pública vem tomando, por meio das parcerias que crescem no país, indicam que reformas e orientações do setor privado estão gradativamente substituindo projetos educacionais construídos pelo protagonismo docente, assumindo as características padronizadas, cujo fim articula-se à formação escolar esvaziada de conteúdo amplo. Por isso, questionar essa linguagem, compreender quem a construiu e como ocorrem os processos de solidificação no interior das redes de ensino nos ajudam a clarear a função da educação.

Conclusões

De modo geral, a linguagem utilizada pelos parceiros privados, na relação público-privada, constrói uma ideologia própria do momento atual, demarcando a educação pública como campo de atuação e facilitando a aproximação do mercado no Estado. Parece, portanto, que a linguagem dos parceiros promete sanar as crises e resolver problemas relativos à qualidade educacional.

Contudo, a narrativa apresentada nas parcerias forma uma ideologia, uma visão de mundo que se torna comumente aceita, porém, encobre os conflitos de classes e possibilita que o setor privado seja aceito como o que há de mais moderno e atual, apto a resolver os problemas educacionais. Desse modo, o discurso dos parceiros valoriza a qualidade restrita,

aliada a conceitos que incentivam práticas educacionais esvaziadas de conteúdo político, histórico e crítico.

Nos parece adequado concluirmos nossas análises com um excerto de Ordine (2016, p. 11), quando diz que “o direito de ter direitos [...] – se tornou, de fato, subordinado ao domínio do mercado, com o risco progressivo de se cancelar qualquer forma de respeito às pessoas”.

PALAVRAS-CHAVE: Relação público-privada. Ideologia. Linguagem. Educação.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PERONI, V. **Análise das consequências de parceria firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional**. Relatório de Pesquisa, 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/faced/peroni/docs/INSTITUTO%20AYRTON%20SENNA%20RELA>> Acesso em: 23 ago. 2016.

ADRIÃO, T. et al. **Sistemas de Ensino Privado na educação básica brasileira**. Consequências da mercantilização para o direito à educação. Relatório de Pesquisa, 2015. Disponível em: www.observatoriodaeducacao.org.br/imagens/pdf/sistemasprivados.pt.pdf. Acesso em: 17 jan. 2016.

BALL, S. J. **Educação global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere:** introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social:** elementos para uma análise marxista. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTAÑO, C. (Org.). **O canto da sereia:** crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”. São Paulo: Cortez, 2014. p. 19-48.

NEVES, L. M. W. (Org.). **O empresariamento da Educação:** novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

OLIVEIRA, R. P. de; ARAUJO, G. C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, p. 5-23, jan./fev./mar./abr. 2005.

ORDINE, N. **A utilidade do inútil:** um manifesto. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

PERONI, V. M. V. **Implicações da relação público-privada para a democratização da educação**. Tese para promoção a professor titular da carreira do magistério superior. UFRGS, 180 f. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://plone.ufrgs.br/gprppe>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

PERRUSI, A. Sobre a noção de ideologia em Gramsci: análise e contraponto. **Estudos de**

Sociologia, Recife, v. 2, n. 21, p. 415-442, 2015.

RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out./dez. 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA. **Portal do cidadão**. Disponível em: <portaldocidadao.tce.sc.gov.br> Acesso em 19 mar. 2020.

WOOD, M. M. **Democracia contra capitalismo, a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.